

Metas e performance educacional



MARCELO
CÔRTE
NERI

A criação de um sistema de metas educacionais previstas no plano de desenvolvimento educacional recém-lançado pelo governo federal guarda a promessa de motivar todos os agentes envolvidos, indo desde o jovem estudante e suas mães a prefeitos ou governadores, estendendo o modelo com vinculação de gastos, ao levar em conta o desempenho escolar na distribuição dos recursos públicos. Limitações do mercado eleitoral em relação à educação sugerem a participação ativa da sociedade civil brasileira, de entidades internacionais como a Unesco e do próprio governo federal. O fato de hoje atores centrais de cada uma destas instâncias convergirem para o homônimo Compromisso Todos pela Educação sugere um momento ímpar para a aceleração e coordenação de esforços na obtenção de resultados educacionais concretos.

A evolução da média de anos de estudo da população, talvez o indicador que mais sintetiza a situação educacional do país, vem ao poucos aumentando — de 6,1 em 2000 para 6,7 em 2005. Contudo, ainda é um nível de escolaridade muito baixo em qualquer comparação internacional. Para

dar conta da complexidade do tema, usamos como referência a análise do cumprimento das metas fixadas em Dakar em 2000, traçando a evolução das principais variáveis educacionais desde quando o Compromisso Educação para Todos foi assinado até as datas mais recentes para as quais havia dados disponíveis. Com relação à meta (I) relativa ao ensino infantil, verificamos uma considerável expansão no período analisado, tanto em número de estabelecimentos quanto de matrículas. Entretanto, a qualidade do atendimento e a infra-estrutura das creches e pré-escolas ainda são deficientes, fazendo com que a grande maioria se resuma, na verdade, a um local onde as mães deixam os filhos enquanto trabalham, e não a um espaço educativo. Nas classes de renda mais altas o acesso à pré-escola está universalizado, já entre os mais pobres não chega a 10%.

No que se refere à meta (II), que abarca o ensino fundamental, observa-se que o acesso a este já estava universalizado quando o compromisso de Dakar foi estabelecido. Entretanto, a sua conclusão ainda está longe de ser lograda por todos e, além disso, está em trajetória de queda, em parte por conta de mudanças na pirâmide etária, mas principalmente devido aos altíssimos índices de repetência e evasão. Sem a conclusão deste período torna-se impossível a universalização do ensino médio.

Já no que tange à meta (III), referente a jovens e adultos, temos boas e más notícias. O atraso escolar caiu substancialmente no

período, assim como cresceu a matrícula na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A taxa de matrícula entre 15 e 17 anos manteve-se estagnada em 80%, número relativamente alto, mas que demonstra que o país ainda está aquém da universalização desta etapa. Ou seja, não ocorreu a evolução prevista pela meta. Além disso, caso a conclusão do ensino fundamental se expanda, faz-se necessário um aumento da capacidade instalada do ensino médio para que se possa absorver um aumento no contingente de alunos. Constata-se uma grande heterogeneidade quanto ao acesso ao ensino médio entre as diversas regiões do país e entre os diferentes níveis sócio-econômicos. Observa-se igualmente uma queda considerável no que concerne à taxa média esperada de conclusão, isto é, não só não estamos cumprindo a meta, como estamos regredindo em alguns pontos.

Já a meta (IV), cuja previsão é a redução do analfabetismo pela metade, está sendo cumprida, embora com desaceleração frente aos anos anteriores. Tanto no caso do analfabetismo stricto sensu (13,6% em 2000 e 11% em 2005), quanto no caso do analfabetismo funcional (27,3% em 2001 e 23,5% em 2005), o país tem seguido uma trajetória declinante, cujo ritmo, se mantido, permitirá ao Brasil atingir a meta até 2015.

A meta (V) envolve discriminação de gênero no mercado educacional, o que não ocorre no Brasil, uma vez que as mulheres levam uma ligeira vantagem sobre os homens na maioria dos indicadores.

A meta (VI), por sua vez, que remete à qualidade do ensino, é a mais relevante e desafiadora no caso brasileiro. O desempenho dos alunos, quando medido pelo Saeb, vem se deteriorando, ou se mantendo estável — o que é grave, dado nossa já baixíssima qualidade do ensino. Além disso, tivemos uma piora nos seguintes indicadores durante o período: queda de 8,1 para 7,4 no número médio de séries do ensino básico concluídas; aumento do tempo médio esperado para conclusão, de 13,9 para 14 anos; redução de 10,3 para 9,8 do número médio

Atores centrais convergindo para o Compromisso Todos pela Educação sugere momento ímpar para a obtenção de resultados educacionais

esperado de anos de permanência na escola; aumento das taxas de repetência de 18,6% para 22,5% no ensino médio; e aumento das taxas de evasão de 4,9% para 6,9%, no ensino fundamental e de 8% para 9,6% no ensino médio, para citar somente alguns dos indicadores. Ou seja, em praticamente todos os indicadores de fluxo escolar observamos uma deterioração. Praticamente os únicos indicadores que melhoraram foram justamente aqueles cuja importância para a qualidade do ensino é controverso, a saber, a proporção de docentes com nível supe-

rior, o número de alunos por turma e o grau de informatização das escolas, além de algumas variáveis de infra-estrutura, como a proporção de escolas públicas com energia elétrica e saneamento básico, estas sim fundamentais.

Como podemos aferir dos indicadores acima descritos, a qualidade da educação pública do país, em praticamente todas as dimensões, é péssima, o que por si só leva à evasão e à repetência, que, por sua vez, também leva igualmente à evasão escolar. E mesmo os alunos que insistem em continuar até o final não acumulam o capital humano condizente com o grau de instrução adquirido e suficiente para as necessidades do mercado de trabalho, num contexto de uma economia aberta cuja competitividade crescente faz aumentar cada vez mais a demanda por mão-de-obra especializada. Forma-se um grande círculo vicioso, cujo princípio gerador é a baixa qualidade do ensino. Faz-se necessário uma profunda reforma visando a uma melhora na qualidade do ensino, que deve necessariamente envolver maior investimento em infra-estrutura, incentivos aos professores, reformulação do currículo e maior responsabilização dos gestores da educação.

Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de "Retratos da Deficiência", "Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas" e "Ensaio sociais".
E-mail: mcneri@fgv.br